

confrontações militares repetidas, por um lado, e por outro, não tendo havido êxito até agora nos esforços feitos, quer pelo Secretário de Estado, quer mais recentemente pelo Governo do Peru, o único caminho dentro da *sistemática internacional para tratar do assunto*, para procurar o caminho da paz, digamos assim, parece ser o das Nações Unidas: o Conselho de Segurança, algum tipo de ação utilizando os serviços do Secretário-Geral.

A nossa esperança é de que as partes envolvidas na disputa estejam hoje maduras para entrar nesse processo, que as condições de opinião pública interna nesses países, que a pressão hoje, digamos assim, universal para que acabe essa engrenagem de violência, torne factível uma ação construtiva por parte das Nações Unidas: O Conselho de Segurança, com uma participação importante do Secretário-Geral.

Este, mesmo como o possível caminho e, por isso mesmo, o apoiamos, por isso mesmo mandei meu telegrama ao Secretário-Geral das Nações Unidas, na última sexta-feira, por isso mesmo se têm verificado várias reuniões em Nova Iorque, desde ontem, hoje novamente, talvez amanhã, e nós falaremos no Conselho.

Com relação à nossa posição, é preciso lembrar o seguinte: nós temos de ver a nossa posição em termos não do momento, mas numa perspectiva do futuro também, numa perspectiva de preservar o grau excepcional a que chegamos e para o qual o próprio Presidente da República deu muito de si, pessoalmente, em termos de relacionamento com os países vizinhos, de criação de confiança, de superação de ressentimentos, de entendimento, de capacidade de diálogo. Isso não nos cega, evidentemente, para os princípios de ordem geral, mas é um fator que não podemos deixar de sopesar muito cuidadosamente. Por isso nós nos concentramos, sem nos fazermos de juízes, num esforço muito deliberado pela solução pacífica.

Nós não podemos impor uma solução pacífica. A rigor, ninguém pode, o país mais poderoso da Terra tentou e, até agora, não teve êxito. Nós não teríamos essa veleidade, nós nunca tentamos algo que esteja além dos nossos meios, mas naquela medida em que podemos trabalhar, ilustre Senador, posso assegurar a V. Ex.^a que tudo está sendo feito e será feito.

Quero ser menos pessimista, talvez, do que os fatos objetivos a que V. Ex.^a se referiu poderiam fazer crer; acredito que apesar dos fatos extremamente negativos, dos sofrimentos, da perda de racionalidade que sempre se verifica nessas situações, uma certa perda das emoções públicas que se criam nos países afetados, apesar disso, acredito que será possível restaurar por um meio pacífico, alguma forma de convivência no Atlântico Sul, em que nenhuma das partes saia humilhada e em que os outros países — todos vanno sofrer um pouco, já estamos de alguma forma, direta ou indiretamente —, terão limitado ao máximo os possíveis prejuízos; acho que esse é o objetivo: limitar, ao máximo possível, danos de toda a sorte. Certamente, acho eu, do ponto de vista estritamente militar, o risco não tende a alastrar-se; pelo contrário, e uma superação desse momento difícil, creio que permitiria reverter tudo aquilo que foi acessório ao conflito, inclusive as atitudes que foram tomadas pela Comunidade Econômica Européia, onde já se notam vozes pondo em dúvida a sabedoria da decisão.

Nos Estados Unidos, evidentemente, as coisas quando acontecem acontecem e nunca voltam a ser exatamente as mesmas, mas o esforço e o interesse de um país como o Brasil é de não agravar a situação em suas seqüelas.

Lamento muito não ser, talvez, tão preciso quanto V. Ex.^a desejaria, mas estou dando a V. Ex.^a, entretanto, aquilo que é a nossa diretrix, aquilo que buscamos.

Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Sr. Ministro, apenas um esclarecimento, a fim de que não haja nenhuma confusão. Eu queria apenas pedir licença, porque o Ministro, ao me responder, falou que não há assim um perigo imediato de envolvimento militar ou qualquer coisa semelhante.

Mas, na minha interpelação, em momento algum falei essa palavra, militar, em momento algum. O que me está preocupando não é o envolvimento militar do País, a minha interpretação vem de outro modo, é a pressão econômica que está sendo criada para a Argentina e com os reflexos para o País.

E não é à toa que ainda ontem um banqueiro inglês ou americano lembrava ao Brasil que ele não podia tomar partido porque era grande devedor dos países da União Trilateral.

Então, é por aí que nós brasileiros estamos sentindo os outros efeitos da guerra. O envolvimento militar, o engajamento militar, é outro aspecto do qual eu não tratei.

Eu pediria apenas que o Itamaraty nos acalmasse, nos acatelasse, dissesse uma palavra mais precisa pelo menos com relação a isso, porque a guerra, se ela militarmente está devorando e devorando a Argentina, econômica e politicamente está devorando toda a América Latina, porque só a posição unilateral, isolada dos Estados Unidos, pondo todo o seu poderio econômico

e militar à disposição da Inglaterra, depois de desconsiderar os 17 camponeses da OEA, que votaram a favor da cessação de hostilidades, é um argumento grave, Sr. Ministro, que nós outros não podemos deixar de considerar com profunda estranheza e preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Lembro aos Srs. Senadores que no rito desta sessão não há a figura da réplica. Em sendo permitido, pelo Ministro de Estado convocado, o aparte na fase de interpeção, então o aparte é concedido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana Filho.

O SR. LUIZ VIANA VILHO — Sr. Presidente do Senado, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, Srs. Senadores:

Não fosse a circunstância de que a convocação de V. Ex.^a que hoje se realiza, tivesse partido da Comissão de Relações Exteriores, que tenho a honra de presidir, e por uma sugestão do Senador Itamar Franco eu não ocuparia esta tribuna.

Mas, nessas circunstâncias, pareceu-me que a minha omissão poderia ser reparada, porque, ouvindo atentamente a exposição de V. Ex.^a, às interpeções aqui feitas, todas elas com muita propriedade, parece-me que ressalta, nitidamente, que da atitude, da ação, ou a ação e a atitude do Itamaraty devem ser conduzidas, como têm sido por V. Ex.^a e pelo Governo, dentro de duas perspectivas.

Uma perspectiva imediata, que é a perspectiva da guerra, ou melhor diria a perspectiva de alcançar a paz.

A outra perspectiva é mais remota. Nós não podemos entrar ou assistir esses conflitos sem considerar que outros anos virão, outros decênios virão, outros tempos virão e que o Brasil terá que estar presente com a sua autoridade política, a sua autoridade moral, a sua autoridade internacional, que ele tem sabido preservar através de toda a sua vida independente.

E mais do que isso, Sr. Ministro, eu me permito, talvez um pouco extemporaneamente, lembrar aqui que, embora devamos estar e estejamos voltados para o presente, preocupados com o presente e, também, com o dia de amanhã, nós devemos aprender alguma coisa nas lições de ontem. Devemos nos lembrar o que tem sido o Brasil. Não só o Brasil independente, mas, antes disso, o Brasil do século XVIII, de Alexandre Gusmão, que foi realmente o grande modelador das nossas fronteiras coloniais. E durante e através de todo largo tempo o Brasil pôde manter uma atitude — e é aí que eu queria chegar, Sr. Ministro — que lhe permitiu, num determinado momento, realizar aquelas façanhas diplomáticas que, talvez, pudessem parecer em certos momentos impossíveis: a Triplice Aliança, cuja importância na vida brasileira, no destino do Brasil, no resultado da guerra com o Paraguai nós não ignoramos. Isso mostra que aos Estadistas, como foram aqueles do Império, e como devem ser os de hoje, como é V. Ex.^a, à frente do Itamaraty, não escapa que as medidas de hoje terão o seu reflexo no dia de amanhã. É fácil falar considerando-se apenas o dia de amanhã, o dia próximo, a consequência imediata, mas não é fácil falar e agir nos sabendo que teremos essas decisões, essas ações, elementos permanentes, elementos, talvez, definitivos, para o nosso futuro, para a nossa História, para as nossas relações internacionais.

É dentro dessa perspectiva, Sr. Presidente, que temos observado a ação, a posição do Itamaraty, a cuja frente, em boa hora, se acha V. Ex.^a V. Ex.^a tem agido com aquela prudência, mas também com aquela atenção que é necessária, para que o Brasil não faça mais do que deve fazer e nem faça menos do que lhe cumpre na vida internacional. É dentro dessa pauta que V. Ex.^a tem orientado a sua ação nesse episódio. Acredito que ainda caberá ao Itamaraty e ao Governo brasileiro, sobretudo com a viagem do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, uma ação, uma atitude, uma colaboração apreciável, não sei se definitiva, mas de qualquer modo importante, no desenvolvimento dos fatos que hoje se desenrolam.

Estou certo de que V. Ex.^a, dentro dessa orientação, irá dar ao Brasil aquela tranqüilidade desejada, reclamada, indagada pelo Senador Teotônio Vilela. É uma indagação realmente própria, porque ela pára em toda a Nação. Toda a Nação está preocupada, toda a Nação está voltada para aquela Cone Sul como, se por uma fatalidade histórica, ou geopolítica, para falar uma linguagem mais atual, nós estivéssemos vinculados inextricavelmente. Por mais que, em determinados momentos, pensemos que o mundo se deslocou, que o mundo ficou menor ou maior, e que nós podemos nos desvincular um pouco daquela região, nós vemos que os fatos são mais fortes do que a nossa imaginação, do que o nosso desejo, e eles acabam nos impondo a ficarmos presentes, a ficarmos sensíveis a tudo que se passa naquela região do Prata. É uma fatalidade para o Brasil e eu sei, ou pelo menos tenho a impressão, de

que V. Ex^a está agindo com essa consciência, de que o Brasil não pode fugir ao Prata. Tem que ter as suas vistas voltadas para o Prata, seja como neutro, seja como mediador da Paz, seja como promotor que leve a Paz, o Brasil tem que agir consciente de que está próximo do Prata, que o Prata nos diz respeito como se fosse uma região propriamente nossa. Não podemos nos alhear, não podemos ser indiferentes, não podemos ignorar nada desse grave episódio depois do qual, creio eu — e essa é a única pergunta que eu deixaria aqui — a médio prazo, pelo menos, o sistema interamericano não será mais o que é hoje.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Presidente do Senado, Exm^o Sr. Senador Luiz Viana:

Muito agradeço a compreensão que V. Ex^a demonstrou das motivações, das causas e das preocupações fundamentais, nem se poderia esperar outra coisa de um historiador arguto e com uma visão tão precisa, tão exata de nossa História, da nossa posição geográfica e do nosso futuro.

É evidente que há as duas fases; há a questão de obter a paz, a questão de restringir os prejuízos que sempre haverá. Aqui eu gostaria de voltar a desculpar-me por haver mal interpretado as considerações do Senador Teotônio Vilela sobre a gravidade ou a preocupação de risco que S. Ex^a via e eu, na verdade, acabei subdividindo esse risco. Realmente ele não se referiu, em nenhum momento, expressamente, a risco militar e eu vi que S. Ex^a pensava, inclusive ou principalmente, em certos efeitos de ordem financeira ou econômica que podem ocorrer.

Isso, digamos, é o imediato, acredito eu, episódio, que pode ser circunscrito e o País continua a manter muito bom crédito, apesar de que possa haver da parte de um ou outro banqueiro algum tipo de extrapolação.

Há uma situação tensa numa região, todos os países da região estão de certa forma envolvidos, quem sabe, vamos ter prudência, às vezes, uma prudência excessiva. Mas isso é o imediato é o que eu acredito será episódico, limitadíssimo e superado.

A nossa preocupação central é atacar a essência da coisa, que é fazer parar a espiral da violência pelos meios ao nosso alcance. Se nós não podemos impor a paz podemos contribuir para a paz por todos os meios. E por detrás está, e eu creio que o povo brasileiro que tem uma espécie — sempre teve — de sabedoria histórica, intuitiva, compreende muito bem que temos de pensar não em hoje ou amanhã, mas daqui a dez, vinte anos, naquilo que será a região que queremos viver, no tipo de relacionamento descontraído, franco e sem ressentimentos com os nossos vizinhos e que o País tem uma responsabilidade nesse campo, de preservar essa opção ótima — digamos assim — e, ao mesmo tempo, embora o mundo hoje seja pequeno pelas comunicações, os transportes, as interligações econômicas de toda ordem, sem dúvida alguma, há até mesmo por força das possibilidades de ações maiores ou menores de cada país nas diferentes regiões. Há, de nossa parte, uma prioridade permanente para a América Latina como há para a África, enfim, para certas áreas que nos locam muito de perto, em todos os sentidos: materiais e, também, culturais e espirituais. Por isso eu creio que à pergunta do Exm^o Sr. Senador Luiz Viana Filho eu responderia muito enfaticamente que sim, que é fundamentalmente essa a preocupação, a rigor, aquela que deve dominar no sentido da preservação das nossas opções que serão opções necessárias para o futuro. Duas ou três e, uma delas, a fundamental, é esta dentro de nossa região.

Quanto ao sistema interamericano, veremos que não poderemos ser acusados de haver feito nada para enfraquecê-lo ou infirmá-lo. Nós procedemos, como os demais participantes, dessa espécie de análise daquilo que os fatos presentes poderão representar para o seu futuro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Ilustre Sr. Ministro Saraiva Guerreiro:

Com muita presteza e solicitude V. ex^a aquiesceu ao convite da Casa dos Estados para debater conosco o problema aflitivo do sul do Atlântico, que envolve dois países amigos, a Argentina e a Inglaterra. Dentro de um espírito de debate, acredito firmemente que V. Ex^a não veio apenas prestar esclarecimentos, não veio apenas dar a opinião ou o ângulo do Executivo, mas também nos auscultar, conhecer a opinião do povo, dos Estados que aqui representamos. Eu trago a V. Ex^a exatamente a opinião dos trabalhadores brasileiros, porque represento a Liderança dos trabalhadores nesta Casa, que, embora singela e una, já tem demonstrado exteriormente uma expressão notória e bem avaliável.

Dentro deste espírito, eu gostaria de adiantar a V. Ex^a que os trabalhadores chegaram à conclusão de que nesse conflito, nesse entrevero no Atlântico Sul, eles são de opinião absoluta pela total neutralidade do Brasil, haja o que houver. Os trabalhadores brasileiros se recusarão a qualquer comportamento belicoso, seja por parte de "a" ou por parte de "b". Esta é a opinião dos trabalhadores brasileiros, que tenho a honra de transmitir a V. Ex^a que, com muita lucidez, conduz os destinos das relações internacionais brasileiras.

Dentro desse enfoque, eu faria a V. Ex^a duas perguntas. Que implicações traria para o Brasil uma posição de neutralidade absoluta no conflito das Malvinas, considerando que a maioria dos países latino-americanos se posicionam numa espécie de alinhamento total com a Argentina? Esta é a primeira pergunta.

A segunda, Ex^a, seria esta: que providências está tomando o Governo para minimizar o impacto negativo que possa trazer o conflito das Malvinas no setor externo da economia brasileira, como sói ser este advertido pelo ilustre Senador Teotônio Vilela, em particular no terreno do serviço da dívida externa, em que já se percebe uma tendência do aumento das taxas de risco do celeberrimo *spread*, e qual seriam as medidas que o Governo já estaria tomando para minimizar esse insulto à economia nacional?

São apenas estas duas perguntas, Ex^a, que lhe diríamos.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Presidente do Senado, Exm^o Sr. Senador Evandro Carreira:

V. Ex^a tocou num ponto que é fundamental, é óbvio. Para mim, é da maior utilidade, em todos os sentidos, sentir as opiniões, as considerações e os comentários conclusivos que são preocupações por parte de V. Ex^{ts}, que têm não só representação, mas um contato permanente com vários setores do País, e que podem, portanto, expressar com muita realidade esse tipo de preocupação da opinião pública.

Estou certo de que a minha vinda aqui é de maior utilidade, para mim, do que para V. Ex^{ts}. Talvez eu não possa ser tão informativo quanto desejaria, mas certamente estou sendo informado de maneira extremamente útil para mim, como disse.

A ideia da neutralidade absoluta se coloca quando há uma guerra definida, o que não há, do ponto de vista técnico propriamente. É uma situação bastante complexa em termos jurídicos, digamos assim, as duas partes invocando o art. 51 da Carta. De qualquer forma, senão exatamente no sentido de neutralidade absoluta, é o que temos procurado fazer. E quanto a isto não há um alinhamento absoluto da Argentina, nem da nossa parte e nem dos países vizinhos. Nem a Argentina nos pediu isso. É preciso anotar esse aspecto. Como se pode ver, em termos do que se passou na reunião de consulta com base no TIAR, ela desejou uma expressão de solidariedade política que foi dada e sempre com a preocupação de que ela fosse tão ampla quanto possível. E para ser tão ampla quanto possível, ela tinha que procurar um certo denominador comum. Não há uma posição extremada.

Agora, quanto aos efeitos na área financeira e econômica — e acho que são efeitos acessórios da situação principal de um conflito — com relação ao Brasil, tanto quanto eu saiba, eles têm sido mínimos. Há preocupação de que eles aumentem, porque nessas questões, não é sabido, há muitos fatores psicológicos atuando. A avaliação de risco é, muitas vezes, determinada nos meios financeiros por impressões, por excesso de prudência.

O que o Governo — e a pergunta é específica — tem feito para restringir isso é a própria credibilidade que o Governo criou nesta área, externamente, e foi demonstrada, inclusive recentemente, já até depois de iniciado este conflito, pela conclusão de uma série de empréstimos no Exterior, pelo fato de que a vida, a economia externa do País está sob controle, em termos de importação e exportação, em termos de capacidade de pagar. Tudo isto são fatos objetivos e tendem, de uma forma muito definida, muito clara, a restringir, ao máximo, aquelas possíveis hesitações que decorram de uma avaliação impressionista por parte de algum meio financeiro, algum banco isolado, alguma autoridade isolada.

O Sr. Evandro Carreira — Ilustre Ministro, eu pediria um aparte a V. Ex^a

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira — Gostaria de remetê-lo à minha primeira pergunta. Parece-me que países, se não me engano, como o Peru ou a Venezuela, teriam feito demonstrações eloquentes, inequívocas de apoio militar à Argentina. Parece-me que não é unânime essa neutralidade. Há países que já se alinharam, já se posicionaram definitivamente em favor da Argentina. E se esse alinhamento se espargir, ganhar terreno, e for o Brasil o único País a se isolar, pergunto a V. Ex^a, quais as consequências dessa neutralidade, porque é possível, até uma invasão do Território Argentino, do território continental.